



INCLUSÃO ESCOLAR E PDI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DAS ALUNAS SURDAS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - MG

Elayne Cristina Rocha Dias ¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar a prática do professor de Língua Portuguesa do 5º ano, em duas escolas públicas municipais de Belo Horizonte (MG), para verificar o uso do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), como instrumento de trabalho colaborativo no processo de ensino-aprendizagem para os Surdos. A metodologia corresponde do tipo qualitativa, estabelecendo-se como método o estudo de caso em duas escolas públicas municipais de Belo Horizonte (MG). Para o recolhimento dos dados, utilizou-se observações não participantes e entrevistas com professores de Língua Portuguesa do 5º ano, estas sendo do tipo semiestruturadas, para melhor aprofundamento dos fatos. As observações e entrevistas apontam que ambas as instituições utilizam o livro e a lousa como recursos didáticos. Outro aspecto, as professoras possuem formação na área e cursos de capacitação no âmbito do ensino. As conclusões parciais dessa pesquisa, são capazes de subsidiar a proposição de um modelo de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para o discente Surdo, destacando o significado desse instrumento e o objetivo de atender às especificidades pedagógicas e subjetivas deste sujeito.

Palavras-chave: Professor, Surdo, PDI, Inclusão, Português.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a prática do professor de Língua Portuguesa do 5º ano, em duas escolas públicas municipais de Belo Horizonte – MG, para verificar o uso do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), como instrumento de trabalho colaborativo no processo de ensino-aprendizagem para os surdos. Os específicos constam: identificar a formação dos professores de Português do 5º ano e identificar as metodologias utilizadas pelos professores de Português para o ensino dos estudantes Surdos.

¹ Doutoranda em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, elaynedias2017@outlook.com;



Esta pesquisa justifica-se pela trajetória da pesquisadora, de âmbito profissional e acadêmica ao longo desses anos. Além disso, no contexto desta trajetória, que se constituiu uma inquietação e busca por respostas para possibilitar a minimização dos problemas referente ao ensino dos alunos Surdos, na escola comum. Justificando, assim, o interesse por essa temática, por propostas e sugestões direcionadas aos professores que vêm enfrentando essa problemática nas instituições de ensino.

A metodologia corresponde do tipo qualitativa, estabelecendo-se como método o estudo de caso em duas escolas públicas municipais de Belo Horizonte (MG). Para o recolhimento dos dados, utilizou-se observações não participantes e entrevistas com professores de Língua Portuguesa do 5º ano, estas sendo do tipo semiestruturadas, para melhor aprofundamento dos fatos. Ao término da análise dos dados, tem-se a elaboração de um produto educacional, objetivando melhorias na prática docente e na qualidade do ensino.

Ao logo da pesquisa, analisou-se que as estratégias utilizadas pelas professoras de Português remetem-se a exposição oral dos conteúdos, uso do livro didático e da lousa, estes como recursos para apoio as aulas.

A partir de uma metodologia envolvendo observação, entrevistas e análise de estratégias, foi possível colher resultados que apontam conclusões parciais capazes de subsidiar a proposição de um modelo de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para o discente surdo, destacando o significado desse instrumento e o objetivo de atender às especificidades pedagógicas e subjetivas deste sujeito.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada durante a pesquisa de campo, corresponde do tipo qualitativa, estabelecendo-se como método o estudo de caso em duas escolas públicas municipais de Belo Horizonte (MG). Para o recolhimento dos dados utilizou-se observações não participantes e entrevistas com professores de Língua Portuguesa do 5º ano, estas sendo do tipo semiestruturadas, para melhor aprofundamento dos fatos.

Richardson (1999 apud Augusto; Souza; Dellagnelo; Cario, 2013) cita a observação como um método de análise visual que consiste em se aproximar do ambiente natural em que um determinado fenômeno ocorre, visando chegar mais perto



da perspectiva dos sujeitos investigados. Precisa ser, antes de qualquer coisa, sistemática, com um planejamento cuidadoso do trabalho a ser realizado.

A opção pela entrevista semiestruturada permite um direcionamento flexível, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos. Dessa maneira, propiciando maior sistematização nos resultados, bem como a coleta da opinião livre dos sujeitos pesquisados. Ao término da análise dos dados, tem-se a elaboração de um produto educacional, objetivando melhorias na prática docente e na qualidade do ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para acolher os educandos Surdos na escola comum, é importante que se tenha condições efetivas para sua aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades, tais como capacitação dos professores, a participação do tradutor/intérprete ou instrutores em sala de aula, recursos e avaliações adaptadas, planejamento e currículo escolar adequado às demandas e vivências dos alunos e, principalmente, um ensino em colaboração. Este se refere à escola, não a reduzindo somente à figura do professor, mas a toda uma equipe, uma vez que “a efetivação de uma proposta inclusiva tem como condição essencial: apoios, recursos, além de um bom clima na escola e na sala de aula” (CAPELLINI, 2011, p. 140).

Nesse sentido, cabe ao professor buscar um planejamento flexível, adaptações necessárias e coerentes no currículo, principalmente da disciplina de Língua Portuguesa, e incorporar em suas aulas recursos de preferência visuais que ofereçam aprendizagem mais produtiva e desafiadora.

Segundo Sousa (2016), um dos instrumentos que tem como objetivo auxiliar aos profissionais e possibilitar ao estudante a construção dos conhecimentos de acordo com a sua condição e/ou no seu tempo, através de uma intervenção educacional adequada para cada caso/condição que se apresente corresponde ao Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI).

O PDI é individual, e deve prever as várias formas de avaliação, apoio e observação disponibilizadas diante da especificidade do aluno. Pois na avaliação do processo de aprendizagem de um aluno com NEE, o educador deverá levar em conta os aspectos cognitivos, motores, psicomotores, interpessoais/afetivos, comunicacionais, que



condicionam e/ou potencializam a apropriação do conhecimento. (SOUSA, 2016, p. 01)

Neste sentido, o PDI deve atender às especificidades educacionais dos alunos e favorecer a criação de práticas inclusivas. Além de contribuir no acompanhamento educacional do aluno quanto à sua evolução.

Cumpra ainda informar que o PDI é um documento legal, e está previsto no PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) – Cap. das Adaptações Curriculares, publicado pelo MEC/SEF/SEESP em obediência ao ditame Constitucional e Internacional de Educação Inclusiva. Porém, o PDI ainda é um documento “desconhecido” por muitos profissionais da educação, ou utilizado/desenvolvido apenas pelo profissional que atua na sala Multifuncional/AEE (Atendimento Educacional Especializado) que acontece no contraturno do horário letivo regular. (SOUSA, 2016, p. 01)

Assim, o PDI pode contribuir para o respeito às diferenças, para a acessibilidade e a interação. Para Sousa (2016, p. 01) “o plano de desenvolvimento individual do aluno deve ser elaborado no início de cada ano letivo e contar com a participação dos professores, dos pais e da equipe responsável pela gestão escolar”. Assim, no momento da elaboração, é essencial deixar claro os elementos que dificultam e facilitam os processos de ensino-aprendizagem. As características de um PDI, são:

a- Ter objetivos claros

Um aluno com dificuldades de aprendizagem pode apresentar várias competências a serem exploradas. Cabe ao professor considerar essas particularidades no momento de definir objetivos que vão orientar o ensino e o processo de avaliação na educação infantil.

É possível determinar, por exemplo, que a criança curse menos disciplinas que seus colegas para que tenha condições de acompanhar todos os conteúdos — mesmo que isso implique em aumentar o período de duração do curso.

b- Propor novos desafios

Se achar necessário, o educador deve adequar os conteúdos e critérios de avaliação ao perfil do aluno, sempre considerando suas diferenças em relação aos demais colegas da turma.

Novos desafios costumam funcionar em sala de aula. Para uma criança que tem dificuldades de concentração, por exemplo, propor uma atividade que envolva ouvir sons e músicas de sua preferência tende a gerar bons resultados.

c- Ser comunicado internamente

A elaboração do PDI costuma envolver todas as pessoas que participam do dia a dia da criança. Logo, o documento não precisa ser tratado como um arquivo sigiloso e reservado apenas ao corpo docente da escola. Durante todo o ano, deve ficar acessível às equipes de



profissionais e aos pais dos alunos. (PORTAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2018 p. 01)

Além dessas características, a flexibilidade e a clareza no vocabulário são importantes para o entendimento e andamento das atividades. Dessa maneira, diante das observações das aulas nas escolas pesquisadas e pela falta de um Plano diferenciado para as alunas Surdas, este trabalho propõe o PDI como instrumento também focado no desenvolvimento sociolinguístico dos sujeitos Surdos.

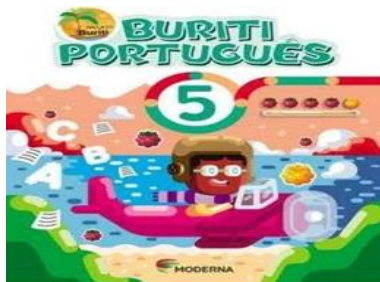
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas descrições realizadas neste tópico, tomaremos como eixo algumas das aulas acompanhadas nas turmas do 5º ano do ensino Fundamental I nas duas escolas públicas municipais de Belo Horizonte, campo desta pesquisa. Utilizou-se codinomes para especificar e garantir o anonimato dos sujeitos desta pesquisa. As sujeitas desta pesquisa possuem formação na área de Letras Português no caso da professora da escola A. Enquanto que na escola B, a professora possui formação em História; Pedagogia; Educação Física e diversos cursos de pós-graduação (especialização).

Érica, a professora de Língua Portuguesa, revela em entrevista que o primeiro contato com um aluno Surdo em sala de aula ocorreu no ano de 2018 e que nos anos anteriores exercia outras funções na escola. As aulas acompanhadas foram, em sua maioria, expositivas na escola “A”.

Inicialmente, a professora utiliza o quadro para passar o resumo do assunto. Solicita-se a resolução de exercícios, produções textuais sobre a temática estudada e a leitura de textos. Portanto, as metodologias predominantes durante as aulas de Língua Portuguesa são voltadas para os alunos ouvintes com o uso praticamente somente do livro didático.

Figura 01: Livro de Língua Portuguesa adotado no 5º ano na escola A



Fonte: Google imagens (2019)



Percebe-se que a professora de Língua Portuguesa se utiliza predominantemente da exposição oral dos conteúdos, baseando-se no fonocentrismo, que significa privilégio da fala sobre a escrita. Assim, para Goulart (2018), existe um privilégio da fala sobre a escrita, em que a escrita se torna um instrumento auxiliar e o legitimador da presença do falante.

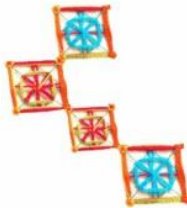
As demais observações da sala de aula comum resumiram-se à leitura coletiva do livro didático de Português, da coleção Buriti, explanação oral e o uso da lousa para explicar o conteúdo e resolução de exercícios. Durante essas atividades, a aluna realizou a leitura coletiva apenas uma única vez.

Na escola B, ambas, Giovana e Gilzandra (professora de Português e intérprete de Libras) parecem trabalhar juntas, mas não de forma unificada. Em relação à elaboração do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) durante as aulas de Língua Portuguesa para a aluna Surda, Giovana relata que:

Foi elaborado no ano passado. Porque esse ano não estou precisando. O planejamento desse ano já é para o aluno colocar a mão na massa mesmo. Eles fazem cartazes (fizeram na festa junina um cartaz), planejam, dão ideias. Assim, Ana vem desenvolvendo muito. O ano passado, fizemos um trabalho específico. Enquanto eu alfabetizava a Ana em Libras, com a turma realizávamos atividades como: os alunos receberam o alfabeto em Libras, nós trabalhamos em sala. Tivemos na aula de Língua Portuguesa, atividades com músicas, cantamos também em Libras, os meninos fizeram todos os gestos e tudo mais, contribuindo para a enturmação da Ana com os colegas. Esse ano não teve necessidade.

Sua fala traz uma preocupação com relação ao planejamento e à interação da aluna Surda com os demais colegas de turma, porém esse ano a professora não continuou com a proposta referente ao ano de 2017, considerando a não necessidade de algo específico para a aluna. Entretanto, cabe ressaltar que tal instrumento pode favorecer um trabalho planejado e executado colaborativamente.

Diante da fala da professora, percebe-se algumas barreiras no processo de alfabetização do Surdo com relação ao Português como segunda língua na modalidade escrita; uma delas corresponde ao interesse (ou falta de capacitação) em promover estratégias para a realização desse processo. A figura a seguir demonstra uma das atividades lúdicas desenvolvidas por Ana, proposta pela professora Giovana durante



suas aulas. Essa atividade de construção dos personagens do “Sítio do Pica-Pau Amarelo” era para ser desenvolvida em duplas, porém Ana realizou-a individualmente.

Figura 02: Construção de personagem do Sítio do Pica-Pau Amarelo



Fonte: Arquivo da autora (2018)

Apesar de toda ludicidade com os trabalhos em grupos, percebemos as dificuldades e, em muitas vezes, a falta de orientações de como se deve desenvolver as atividades quando se tem um aluno Surdo em sala de aula comum. Nas escolas públicas de rede municipal de BH, além do tradutor/intérprete, o professor de sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem uma parcela de contribuição nesse processo de ensino-aprendizagem dos alunos Surdos.

Sobre a sugestão de PDI, acredita-se que esse instrumento deve ser elaborado pelo professor da sala comum com o docente do AEE, como também deve-se ter a participação do coordenador pedagógico da instituição de ensino. O PDI, geralmente divide-se em duas partes: as informações do aluno e da escola; e no segundo momento retrata o plano pedagógico especializado, ou seja, as propostas de intervenção para a garantia da acessibilidade. Essa divisão consta no Registro Descritivo de Aprendizagem (RDA), instrumento proposto pela gestão de ensino do município de Belo Horizonte.

Este documento, o RDA, corresponde a um plano de atendimento para os alunos com relação ao seu processo de ensino-aprendizagem, destacando dados da escola; do aluno; do desenvolvimento do aluno; aspectos de interação social; autonomia nas atividades; participação com a turma; nível de leitura e escrita; exploração do meio e habilidades matemáticas.

Esse Registro contempla alguns aspectos importantes para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência, pois inclui aspectos relacionados às categorias cognitivas e social, porém deixa lacunas com relação ao aluno



Surdo. Desta forma, este instrumento não contempla suficientemente o estudante Surdo se levarmos em consideração os aspectos socioantropológicos e sócio-linguísticos que motivam estes sujeitos a constituírem uma comunidade.

Assim, os profissionais devem compreender que estes aspectos são: reconhecer as especificidades da Libras, enquanto língua gestual e imagética, ou seja, o sentido e o significado devem ser concretos e visuais; tomada de consciência e de aprendizagem quanto a cultura e identidade Surda e do modo de aprender do Surdo, considerando a língua de sinais como sua língua natural e em nosso país a segunda língua o Português na modalidade escrita.

No Registro Descritivo de Aprendizagem (RDA), como acréscimo propõe-se como meta a socialização entre Surdos e ouvintes, pois evidenciou-se a falta desta categoria em diversas situações nas duas escolas campo desde a entrada das alunas Surdas, no momento em sala de aula e principalmente no recreio, em que a socialização dessas alunas ocorriam apenas com as intérpretes ou instrutora. Outra meta proposta em ambos instrumentos corresponde a interpretação de todas as situações em sala de aula e não somente dos conteúdos curriculares; um olhar mais detalhado quanto a movimentação e a vestimenta para não prejudicar o entendimento do aluno Surdo durante a explanação dos conteúdos. A localização do intérprete e do estudante sempre a frente, devido a modalidade gestual-visual.

Apesar da existência de um Registro Descritivo de Aprendizagem na rede municipal de Belo Horizonte, as professoras da sala comum de Língua Portuguesa do 5º ano, relataram que não elaboram um plano específico para as alunas Surdas. As professoras relatam que as docentes de AEE, que constroem um plano específico para os alunos.

O professor de AEE primeiramente realiza visitas nas salas de aula comum e entrevistas com os professores da sala comum para identificação de alunos com deficiência. Deve-se realizar a coleta dos dados do aluno com a família através de entrevistas, acolhendo o laudo médico e relatórios de outros profissionais da saúde. Depois do recolhimento destas informações, são realizadas anamneses para identificar o nível de conhecimentos desse estudante.

Munido dessas informações e mediante a avaliação do aluno, o professor do AEE juntamente com professor da sala comum e a equipe pedagógica devem elaborar a



segunda parte do PDI, corresponde ao plano pedagógico especializado, ou seja, as intervenções, identificando as dificuldades, as potencialidade e os recursos adequados.

No entanto, trata-se de um instrumento que se efetiva – tanto a elaboração quanto a execução – num modelo de Trabalho Colaborativo; o que não foi identificado nas escolas investigadas pela pesquisadora. Partindo dessa premissa, segue a adaptação de uma sugestão de PDI da autora Trigo (2018). Para respondê-lo faz-se necessário um Trabalho Colaborativo entre os profissionais que atuam na escola comum no modelo de Educação Inclusiva.

Sobre o modelo de PDI de Trigo (2018), as características que faltavam anteriormente em relação aos aspectos sociolinguísticos correspondem ao uso e à compreensão dos profissionais sobre a língua de sinais, esta oficial da cultura e identidade Surda, pois a maioria dos PDI envolvem aspectos pedagógicos que se sobrepõe a outros elementos. Lembrando que estas metas propostas podem ser flexíveis, pois cada sujeito Surdo é único.

Neste sentido, para esse PDI, propõe-se que o professor da sala comum de Língua Portuguesa utilize recursos visuais durante suas aulas e também no desenvolvimento das avaliações, devido à modalidade gestual-visual que envolve a língua de sinais. Outro ponto, envolver um Trabalho Colaborativo para que os profissionais participem na construção desse PDI. Para isso, considera-se como proposta o acréscimo de questões norteadoras para que cada elemento da escola de modelo inclusivo – aspectos do professor e da sala de aula comum; do AEE; da família e do aluno Surdo – possa contribuir e assim participar do que já está de fato acontecendo e dos objetivos para o percurso educacional.

Além disso, no item “aspectos importantes” referentes ao aluno Surdo, propõe-se, ao professor, compreenda a trajetória e as preferências do seu aluno, buscando uma interação. Assim, como os Surdos estão em duas comunidades diferentes, uma língua ajuda a outra na manutenção do bilinguismo social. Recomenda-se como acréscimo a promoção de atividades em grupos ou em duplas visando compartilhamento e interação entre Surdos e ouvintes.

Na parte I – Informações e Avaliação do Aluno Surdo, para o recolhimento dessas informações, os profissionais da instituição de ensino devem apontar de forma descritiva as condições familiares e do aluno como: condições do ambiente familiar; convívio familiar; relações afetivas, as formas de comunicação; as condições do



ambiente familiar para a aprendizagem do aluno. Sobre as informações em relação ao aluno, devem apontar aspectos relacionados a sua interação com os pares; o uso da sua língua natural; suas dificuldades e potencialidades. (TRIGO, 2018)

No Âmbito escolar considera-se de forma descritiva as condições de acessibilidade do aluno Surdo; a organização do espaço escolar; acessibilidade física e educacional; procedimentos de avaliação; orientação dos profissionais no processo de ensino e aprendizagem; as atividades e os recursos visuais utilizados em sala (TRIGO, 2018).

Baseando-se na parte I do Plano de Desenvolvimento Individualizado, levando em consideração as potencialidades e dificuldades apresentadas pelo aluno Surdo, o professor juntamente com o profissional de AEE poderá elaborar adequadamente o plano pedagógico que compõe o PDI.

Destaca-se o tópico “Sala de aula comum” para ser incorporado no PDI. Nesse tópico, a maioria dos aspectos mencionados corresponde a Surdos que possuem um nível de compreensão da Língua Portuguesa e que sejam oralizados como no caso dos sujeitos pesquisados. Destacamos a importância na compreensão de alguns aspectos: O uso de Recursos visuais em sala; a localização do aluno Surdo e do tradutor/ intérprete de Libras na parte da frente na sala de aula; os professores devem utilizar uma vestimenta neutra; evitar o uso de acessórios exagerados; o professor deve manter-se sempre que possível a frente do aluno Surdo; evitar ficar de costas para o aluno Surdo; repassar o planejamento de forma antecipada para o tradutor/ intérprete de Libras; conhecer a cultura e identidade Surda; ter um conhecimento pelo menos mínimo da Libras; promover a interação do aluno Surdo com demais colegas de turma através de atividades em grupos ou em duplas; promover a parceria com a família e um Trabalho Colaborativo com outros profissionais da escola; sempre que possível evidenciar em sala de aula a importância da Libras no contexto escolar; possibilitar um tempo maior na resolução das avaliações (caso o aluno necessite); as imagens devem ser claras para que o aluno entenda e etc.

No tópico “Família”, destaca-se a importância na compreensão de alguns aspectos: Deve-se ter parceria entre a família e a escola de forma ativa; as dificuldades devem ser enfatizadas para a equipe gestora da escola; acompanhar o aluno nas atividades escolares; informar para a equipe gestora da escola sobre as terapias ou cursos do aluno Surdo e etc.



No tópico “Sala de AEE”, estabelecer frequência 2 vezes na semana (entre 1 hora a 2 horas de atendimento); preferência por um atendimento individualizado se for em grupos distribuir baseado nas deficiências; desenvolver um Trabalho Colaborativo nas escolas a serem atendidas; proporcionar orientações ao professor da sala de aula comum; diretores; coordenadores e a família; buscar parcerias com outros profissionais em especial da saúde; testar e confeccionar recursos pedagógicos; orientar sobre as atividades e avaliação.

Sobre orientações em relação as metodologias a serem aplicadas em sala de aula comum pelo professor. Neste tópico, importante que o professor descreva o que será desenvolvido com o aluno Surdo ao longo do período letivo, considerando as categorias discutidas até o momento. Importante que os objetivos estejam claros e se houver alguma adequação informar nesse item. Lembrando que as atividades devem envolver a participação de todos os alunos em sala.

Em relação aos recursos materiais e equipamentos, torna-se importante descrever os recursos/equipamentos que serão produzidos e utilizados para o aluno Surdo. E por fim, temos os critérios de avaliação, corresponde em descrever o período e pontuar os critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do aluno Surdo.

Este Plano de Desenvolvimento Individualizado – PDI foi elaborado com base nos dados de Trigo (2018) por Elayne Cristina Rocha Dias (2019). Corresponde a uma sugestão para os profissionais que têm em suas salas de aula alunos Surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações, constataram a falta de um Trabalho Colaborativo em ambas as escolas campo entre professoras da sala comum de Língua Portuguesa, professoras de AEE, as tradutoras/ intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e instrutora dentro da instituição de ensino. Dessa forma, há um isolamento nas metodologias e estratégias utilizadas pelos sujeitos que compõem a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Assim, os recursos utilizados foram: livro didático e a lousa para auxílio durante a explanação oral dos conteúdos.

A elaboração e execução de um PDI, coletivamente, talvez possa ser um caminho para o exercício de um Trabalho Colaborativo. Ao longo, das observações das escolas pesquisadas notou-se a necessidade de mudança para a produção de um Plano



de Desenvolvimento Individualizado (PDI). Portanto, a legislação vai trilhando uma proximidade às propostas da comunidade Surda, mas dificilmente em alguns pontos se efetiva, tornando-se superficiais. Outro aspecto, é que o Surdo para se constituir como sujeito histórico-cultural, precisa interagir com seus pares, sendo a língua um meio para essa interação.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A; SOUZA, J. DE P; DELLAGNELO, E. H. L; CARIO, S. A. F. Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, nº 4, Brasília oct/dec. 2013.

CAPELLINI, V. L. M. F. Infância e inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. In: VICTOR, S. L. (Org.). **Educação especial e educação inclusiva: conhecimentos, experiências e formação**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2011. p. 128-151.

SOUSA, S. L De. Portal Dislex Club. **Você sabe o que é plano de desenvolvimento individual?** 2016 . Disponível em: <http://www.dislexclub.com/plano-de-desenvolvimento-individual/>. Acesso em: 17.out.2019.

PORTAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL. **PDI: plano de desenvolvimento individual do aluno na educação inclusiva.** 2018. Disponível em: <https://educacaoinfantil.aix.com.br/plano-de-desenvolvimento-individual-do-aluno/>. Acesso em: 16. Out. 2019.

GOULART. A. T. **O arco da literatura das teorias às leituras**. EPUB. Jundiaí, Parco Editorial. 2018.

GOOGLE. **Imagens.** Disponível em: https://www.google.com/search?q=LIVRO+DID%C3%81TICO+BURITI+PORTUGUES+5+ANO&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiivImSrZfiAhWZJbkGHUkiB5IQ_AUIDigB&biw=1366&bih=657#imgrc=hA7fRmB7YKZalM. Acesso em 15 mar. 2019.

TRIGO, D. Blogin acessibilidade, alfabetização, aprendizagem, artigos, autismo, educação especial, educação inclusiva, inclusão. **Plano de Desenvolvimento Individual Para o AEE.** 2018. Disponível em: <http://www.blogin.com.br/2018/04/26/pdi-plano-de-desenvolvimento-individual-para-o-ae/>. Acesso em: 10.set.2019.